

**A GUERRA DOS AUMENTOS** Estudo mostra que reajuste de 10% no mínimo reduz em 4,5% o número de pobres no país

# Elevação do piso diminui a miséria

Um aumento de 10% no valor do salário mínimo representa uma queda de 4,5% no nível de pobreza do país. A constatação faz parte de um estudo sobre o impacto social e fiscal do reajuste do mínimo, que está sendo concluído pelo economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas. As conclusões preliminares do trabalho foram apresentadas, na terça-feira, aos integrantes da Comissão

do Salário Mínimo da Câmara dos Deputados, em Brasília.

"Os números comprovam o impacto do salário mínimo na redução da pobreza", diz Néri. Usando como fonte os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1998, do IBGE, o estudo faz três simulações. No caso de um aumento de 10% do mínimo apenas para os trabalhadores com carteira

assinada (cerca de 2 milhões de pessoas), o impacto é de 0,4% na diminuição da pobreza. Ou seja, são menos 0,4% de pessoas no país ganhando abaixo de R\$ 75 por mês.

**Setor público** – Se esse cenário incluir também os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,5 milhões de pessoas), a redução do contingente de pobres chega a 1,4%. "Esse é o impacto na

hipótese de as empresas não demitirem com o aumento do mínimo", ressalva Marcelo Néri.

No terceiro cenário, o estudo introduz a questão fiscal. Se ao contingente anterior se adicionar o 1 milhão de servidores públicos que ganham o mínimo e também os 12 milhões de beneficiários da Previdência que recebem esse piso salarial, a queda no nível de pobreza atinge 4,5%.

**Municípios** – "Além da redução da pobreza, o estudo mostra também que o maior impacto se dá no setor público", diz o economista. Segundo Néri, 3,5% dos funcionários públicos federais recebem salário mínimo. Nos estados, esse índice é de 5,8% e nos municípios, são 21,4% os servidores ganhando o piso salarial do país. "O impacto maior do reajuste fica nas costas dos municípios."

Além de Marcelo Néri, também estiveram na Comissão do Salário Mínimo os economistas Márcio Pochmann, da Unicamp, e Sérgio Mendonça, do Dieese. Na sexta-feira, os deputados da comissão recebem os ministros Pedro Malan, da Fazenda, Waldeck Ornélas, da Previdência, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão. (R.L.)